



informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2011 - Ano 13 - nº 146 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Direção da ASUNIRIO se reúne com novo reitor

Jutuca ressalta a importância da representação dos trabalhadores

A direção da ASUNIRIO se reuniu com o novo reitor, professor Luiz Pedro San Gil Jutuca, no dia 28 de abril, às 11h, na sala de reunião da reitoria para tratar da pauta de reivindicação dos trabalhadores em Educação da UNIRIO.

Estiveram presentes pela ASUNIRIO: Jorge Teles, Wilson, Oscar, Edilan, Tuninho, Luiz Carlos e Benedito. Pela reitoria, o prof. Jutuca e Graça Madeira.

A reunião teve a duração de uma hora e vários foram os assuntos que mereceram destaque. No momento das considerações, ora era dado sentido técnico, ora era dado sentido político. Porém, ficou claro o entendimento do novo reitor da UNIRIO, quanto a atuação da direção da ASUNIRIO nos fóruns de debates da Instituição, bem como nos questionamentos que a entidade muitas vezes faz, pois o que se busca, é o esclarecimento dos fatos.

Para o gestor da UNIRIO, reitor prof. Jutuca, a participação da ASUNIRIO é de extrema importância para a universidade, "tendo em vista que a associação dos trabalhadores quer a mesma coisa que nós da UNIRIO, ou seja, o melhor para a universidade".

Veja a baixo as respostas dadas pelo magnífico reitor prof. Jutuca:

1) Incentivar a implementação de cursos de Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu)

Após informações e esclarecimentos por parte da direção da ASUNIRIO o reitor disse que via com bons olhos as reivindicações da criação dos Cursos de Especialização em Gestão Pública e Universitária e cursos preparatórios para o Mestrado. Sobre o primeiro Jutuca disse que iria se reunir com setores competentes da universidade, com a finalidade de elaborar projeto para a criação dos referidos cursos. Com relação ao pedido sobre a criação de cursos preparatórios para o mestrado (Stricto Sensu), o reitor disse que se reunirá com a Pró-Reitoria de Extensão para tratar do assunto

2) Gestão de Pessoas

Diante de vários problemas apontados pela direção da ASUNIRIO, em relação à falta de Políticas para área de Recursos Humanos. O reitor propôs uma reunião entre a PROAD, DRH, PROPLAN e ASUNIRIO com o intuito de buscar soluções imediatas, como também a criação de uma comissão que venha auxiliar o DRH na operacionalização de tais soluções. Disse ainda que aliado a esta ação, a implantação da pró-reitoria de gestão de pessoas seria mais um passo na implementação da política de pessoal na Universidade.

3) Membros Natos nos Conselhos Superiores

Após algumas considerações feitas pela direção da ASUNIRIO sobre a participação de Membros Natos nos Conselhos Superiores. O reitor respondeu que irá instalar uma comissão paritária, e a escolha dos membros sairá dos conselheiros.

4) Retorno do percentual de 26,05%

Em relação ao pedido de retorno dos 26,05% feito pela direção da ASUNIRIO. O reitor disse que antes das eleições para a reitoria esteve na Universidade de Brasília para obter informações sobre os 26,05%, relatando que foi muito bem recebido pelo vice-reitor

daquela universidade, entretanto, até o momento não teve retorno de seu pedido, mesmo depois de várias solicitações, informando que continua buscando as informações.

5) Insalubridade

A direção da ASUNIRIO solicitou participação na Comissão de Insalubridade para contribuir no processo de elaboração de levantamento de dados. O reitor respondeu que irá conversar com o presidente da referida comissão, mais não via nenhum problema da participação da ASUNIRIO na referida comissão.

6) Reestruturação do Serviço Médico de Pessoal

Quanto à reestruturação do serviço médico de pessoal, a direção da ASUNIRIO pediu apoio do reitor na melhoria do serviço. Informou ainda, que hoje, este serviço atende apenas a perícia médica e que a parte ambulatorial não está funcionando, o que muitas vezes, obriga os servidores do próprio hospital a buscarem atendimento fora do HUGG, ou utilizarem-se das relações pessoais para conseguir o atendimento. O reitor disse que já conversou com o diretor do hospital a respeito do serviço. Disse ainda, que o ideal seria a implantação do ambulatório fora do espaço físico do HUGG e ficou de buscar solução.

7) Plano de Saúde

Sobre Plano de Saúde para os trabalhadores da UNIRIO a direção da ASUNIRIO lembrou ao reitor sobre o encaminhamento que a ex-reitora tinha dado ao assunto, quando solicitou ao atual diretor de Recursos Humanos Carlinho e ao Chefe da Divisão de Legislação e Benefícios, Dilcar para efetuar o levantamento de vidas na instituição, com vistas a elaboração da licitação.

8) Participação dos Aposentados nos Conselhos Superiores e na eleição para reitor

Após informações prestadas pela direção da ASUNIRIO o reitor disse que não era contra, mais precisaria amadurecer um pouco mais sobre a questão e de que forma seria possível a participação dos aposentados não só nos conselhos, como também a participação na eleição para reitor.

9) Lutar contra qualquer ato abusivo na cobrança de comprovação do Auxílio-Transporte

Após informações e esclarecimentos dada pela direção da ASUNIRIO, sobre ato abusivo na cobrança de comprovação ao auxílio-transporte, o reitor disse que iria se reunir com a pró-reitora de administração para tratar do assunto.

Edital de convocação

A Direção Colegiada da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro convoca seus associados para Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre:

1. Apreciação e aprovação da ata da assembleia do dia 5 de maio;
2. Informes de Base;
3. Informes de Direção, incluindo as negociações com o governo;
4. Análise de conjuntura, incluindo a deflagração de greve;
5. Eleição de delegados para a Plenária da FASUBRA no dia 31 de maio;
6. Encaminhamentos

Dia: 26 de maio de 2011 (quinta-feira)

11h30 (1ª convocação) e 12h00 (2ª convocação)

Local: Pátio da Reitoria (Av. Pasteur nº 296, Urca, RJ)



EDITORIAL**Só nos resta a luta!**

Caros colegas associados, estamos passando por momentos difíceis no que diz respeito às reivindicações da categoria de técnico-administrativos junto ao governo federal. Como é do conhecimento de todos, iniciamos o ano de 2011 com uma série de ações em Brasília visando pressionar a abertura de diálogo com o Governo Federal, através do Ministério de Planejamento (MPOG), no intuito de cobrar o aprimoramento da carreira explicitado na lei 11.091, bem como cumprimento do acordo firmado na greve de 2007.

Ressaltamos que somente após as várias manifestações em Brasília, através de passeatas no Distrito Federal, paralisações nos diversos setores do Poder Executivo e atos nos vários Estados do Brasil, incluindo nestes movimentos o Indicativo de Greve nas Universidades Federais, o governo abriu um canal de interlocuções com a categoria.

A partir de então o governo sob pressão chamou a categoria para uma série de reuniões que termina no dia 24 deste mês de maio. Vale ressaltar que em todas as reuniões foram colocadas as reivindicações aprovadas na Plenária da FASUBRA, em fevereiro de 2011. E somente no dia 11 de maio o governo deu sua contraproposta no que diz respeito ao Vencimento Básico (VBC), Reposicionamento dos Aposentados, Incentivo à Qualificação e Racionalização de Cargos.

Com resposta ao VBC o governo não reconheceu o direito dos servidores receberem de volta o Vencimento Básico Complementar. Disse ainda que se via no direito de retirar o benefício dos servidores que já tinham recebido.

Quanto ao Reposicionamento dos Aposentados, o governo foi taxativo em responder que não há como conceder o reposicionamento por via administrativa. Concluiu informando que o governo vai retirar a vantagem dada pelas universidades que fizeram o reposicionamento via administrativa.

No que diz respeito ao Incentivo à Qualificação o governo disse que o mesmo deveria ter um percentual fixo e que o incentivo não deveria ser para todos os servidores, apenas para aqueles que atuassem diretamente no ensino e na pesquisa e o curso realizado deveria ter relação direta. Disse ainda que o curso realizado com relação indireta as suas atribuições não receberia mais qualquer percentual.

Referente à Racionalização dos Cargos o governo informou que deve ser efetuada sem acréscimo de valores e os cargos que estão extintos não devem fazer parte do processo da racionalização.

Caros associados ressaltamos que, ainda estamos juntos ao conjunto dos Servidores Públicos Federais lutando para impedir a promulgação dos Projetos de Leis (PL) de nº 549/2009, que trata do congelamento de salários por dez anos, PL nº 1.992/2007 que cria o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos, PL nº 248/1998 que trata da Demissão por Insuficiência de Desempenho e Medida Provisória (MP) nº 520/2010 que trata da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares nos Hospitais Universitários no Congresso Nacional.

Diante de todas as dificuldades impostas pelo Governo Federal, em relação ao aprimoramento da carreira nos assuntos acima citados, bem como os Pls e MP a categoria se reuniu no dia 13 e 14 de maio em Brasília e deliberou pelo que segue: Caso o governo no dia 24 de maio em reunião com a representação da categoria não reconheça o direito dos servidores técnico-administrativos em relação aos temas acima citados, bem como não conceda o reajuste no piso da tabela e dos benefícios do auxílio alimentação e de creche, será deflagrado greve nacional para o dia 06 de junho de 2011.

Portanto meu caro associado é necessário que estejamos com o mesmo foco e suficientemente mobilizados para o enfrentamento que teremos pela frente, e certamente não será nada fácil, uma vez que o Governo Federal, através de acordo, entre as partes (Congresso Nacional e a Presidenta Dilma), proporcionou o aumento de 62% para os parlamentares e parte do Executivo, o que garantirá ao governo o apoio para o embate no congresso. Diante deste fato, colegas, só nós resta a luta.

Direção do Hospital Universitário de Brasília pede demissão coletiva

A diretoria do Hospital Universitário da Universidade de Brasília (HUB) entregou no último dia 2 ao reitor José Geraldo Júnior um pedido de demissão coletiva em função da Medida Provisória (MP) 520, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A medida propõe um novo modelo de gestão para os hospitais universitários, administrado pelo Ministério da Educação (MEC).

A carta dos médicos informa que a demissão é irrevogável e se dá em função da “evidente divergência de postura ideológica e prática” entre a administração superior da Universidade de Brasília (UnB) e os diretores do hospital em relação à MP.

Desde que a medida foi enviada ao Congresso Nacional, no último dia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os sindicatos da categoria se posicionaram contra a mudança. O texto do projeto fala em “apoiar a prestação de serviços médico-hospitalares, laboratoriais e de ensino e pesquisa nos hospitais universitários federais”.

De acordo com o MEC, a criação da Ebserh é uma tentativa de regularizar a situação dos hospitais universitários, cujas contas estão sendo questionadas pelos órgãos de fiscalização e controle. Hoje, boa parte dos funcionários dos hospitais é contratada por meio de fundações de apoio ou por outras modalidades de terceirização, consideradas ilegais. Essa função seria assumida pela Ebserh. Os sindicatos alegam que a MP oficializa a terceirização e a privatização dos serviços oferecidos pelos hospitais universitários.

A carta é assinada pelo diretor-geral do HUB, Gustavo Romero, pela diretora de Serviços Assistenciais, Elza Noronha, pela diretora de Ensino e Pesquisa, Maria Imaculada Junqueira e pela diretora executiva, Laene Gama. A Agência Brasil procurou os diretores do hospital, mas não conseguiu contato até a publicação desta reportagem.

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Oscar, Wilson Ferreira Mendes, Jorge Luiz Teles Vieira

Coordenação de Educação: Celio de Gois Serafim, Edilan Fialho dos Santos

Coordenação de Administração e Finanças: Ermani Pedro Zimmermann de Oliveira, José Carlos Passarelli

Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Luiz Carlos Gomes, Jerusa Ferreira Braga

Coordenação de Políticas Sociais,

Culturais, Esporte e Lazer: Sheila Maria Custodia Artur Bernardes, Lucinel de Oliveira Souza

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Benedito Cunha Machado, Antonio Luiz Mendonça Correia

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: Silvia Senna Ramalho da Silva, Maria José dos Santos Silva

Coordenação de Raça, Gênero e Etnia: Paulo Henrique Ferreira, Milton Pesanha Pereira da Silva

Suplentes: Cristiane da Silva Moreira Mello

Conselho Fiscal: Isabel Gomes da Nóbrega, Márcio Jaimovich, Eloi Barbosa e Wilma F. Araujo (suplente).

ASUNIRIO: Av. Pasteur, 296/sala 607
Urca - RJ
Cep: 22290-240

Tel/Fax: (21) 2541-0924

Site: www.asunirio.org.br

Endereço eletrônico:
asunirio@asunirio.org.br

Horário de funcionamento: 10h as 16h

Tiragem: 2.000 exemplares.

Impressão: News Technology Gráfica Editora Ltda.

Diagramação: Rafaela Pereira
Reportagem: Rafaela Pereira
Jornalista Responsável: Rafaela Pereira - MTB JP 23991 RJ
(rafaelapgomes@gmail.com)

O conteúdo deste informativo é responsabilidade da Diretoria Executiva da ASUNIRIO. Filiada a FASUBRA Sindical

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO
AÇÃO FGTS

91.0135056-0 - A CEF devolveu o processo solicitando o número do PIS dos Associados para liberação do crédito, assim, segue, anexo, a listagem dos associados que devem apresentar o número do PIS. A ASUNIRIO já encaminhou ofício ao DHR/UNIRIO solicitando os números dos PIS/PASEP dos associados relacionados.

AÇÃO DOS 28,86%

95.0022240-0 - O representante jurídico da ASUNIRIO Peticionou em 11 de fevereiro de 2011, solicitando a expedição dos requisitórios para pagamento. Aguardando despacho do Juiz.

97.0009403-0 - O representante Jurídico da ASUNIRIO já respondeu ao Juiz, sobre os associados que já receberam ou não os valores referente a Ação Judicial. Aguardando despacho.

98.0003834-5 - A UNIRIO interpôs Recurso Especial. O representante Jurídico da ASUNIRIO contestou recurso. Aguardando julgamento.

AÇÃO DE REAJUSTE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
GRUPO 1

Autor: ADEMIR DIAS LIMA E OUTROS (CARLOS ANTONIO GUILHON LOPES; JERFFERSON SEVERINO MAIA; KATE MARIA STEPHAN ADDUM; VALEZIA MARIA RIBEIRO)

Réu: UNIRIO

Autuação: 24/09/2009

Juízo: 1º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2009.51.51.041509-0

Andamento: Sentença improcedente, extinguido o processo com resolução do mérito. Interposto Recurso Inominado. Processo distribuído para a 2ª Turma Recursal – 4º Juiz Relator. Aguardando julgamento do recurso.

GRUPO 2

Autor: ELIZABETH DA SILVA GUEDES E OUTROS (FRANCISCO GILBERTO DA SILVA FILHO; HENRY GRIVET FERREIRA; OSCAR GOMES DA SILVA; SHEILA MARIA CUSTODIA ARTUR BERNARDES)

Réu: UNIRIO

Autuação: 24/09/2009

Juízo: 3º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2009.51.51.041510-7

Andamento: Sentença improcedente. Opostos Embargos de Declaração. Deferido o pedido de gratuidade de justiça. Interposto Recurso Inominado. Processo distribuído para a 2ª Turma Recursal. Acórdão negou provimento ao Recurso, bem como revogou o benefício de gratuidade de justiça e condenou em honorários advocatícios de R\$400,00. Opostos Embargos de Declaração.

GRUPO 3

Autor: EDSON RAMOS DA SILVA E OUTROS (EVANY PEREIRA MATIAS; GINEIDE OLIVEIRA DA SILVA; IVONE DE SOUZA MENDES; JORGE LUIZ DE MOURA; LUIZA DE GUADALUPE CARVALHO GOMES; MARIA CARDOSO DE SANT'ANA; MARIA INES KLOH; NILCÉA NUNES BRITO CARDOZO; ROSINA CELIA GRECO)

Réu: UNIRIO

Autuação: 22/10/2009

Juízo: 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2009.51.01.024303-4

AÇÃO DE REAJUSTE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Andamento: Verificada inexistência de prevenção. Deferida a gratuidade de justiça requerida e determinada a citação da Ré. Processo aguardando distribuição por dependência.

GRUPO 4

Autor: LOIDE DOS SANTOS FIGUEIREDO (com pedido de prioridade – idoso)

Réu: UNIRIO

Autuação: 26/11/2009

Juízo: 4º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2009.51.51.049405-6

Andamento: Verificada inexistência de prevenção. Deferida a gratuidade de justiça. Determinada a citação da Ré. Processo concluso para sentença desde 02.06.2010.

GRUPO 5

Autor: MARCOS AURÉLIO MOREIRA

Réu: UNIRIO

Autuação: 03/02/2010

Juízo: 5º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2010.51.51.002696-8

Andamento: Sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito em relação aos autores EDNA MARIA GOULART DO CARMO, FLAVIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA, JANE CRISTINA GIOSEFFI DA SILVA, MARCIA ANDREA PEREIRA, MARCIA DE JESUS DE ALMEIDA, MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS, MARIA DAS CANDEIAS BACELLAR LIMA, NILTON DE SOUZA HOLANDA e ROSA MARIA SODRÉ, para prosseguir a lide somente em relação ao autor MARCOS AURÉLIO MOREIRA. Determinada a citação da Ré.

OBS: Os Autores excluídos foram devidamente informados acerca da possibilidade de ajuizar nova ação.

GRUPO 6

Autor: ANTONIO MARTINS JOSÉ

Réu: UNIRIO

Autuação: 27/01/2010

Juízo: 5º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2010.51.51.002174-0

Andamento: Sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito em relação aos autores CARLOS ALBERTO PERERA SANTANA, FRANCIANE DANTAS DE LIMA, IRMA SILVA DE ARAGÃO, LINDONORA OLIVEIRA DA SILVEIRA, MARIA DA PENHA GONÇALVES BASTOS, MARISE OLIVEIRA DA COSTA, MIRIAN CARLA ROSSE DIONISIO, SARA DE SOUZA MACEDO SILVA, SOLANGE DO NASCIMENTO RAMOS, para prosseguir a lide somente em relação ao autor ANTONIO MARTINS JOSÉ. Determinada a citação da Ré. Processo concluso para sentença em 21/02/2011.

OBS: Os Autores excluídos foram devidamente informados acerca da possibilidade de ajuizar nova ação.

GRUPO 7_ (novo com excluídos)

Autor: MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS

Réu: UNIRIO

Autuação: 17/12/2010

Juízo: 5º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro

Processo: 2010.51.51.052130-0

Andamento: Sentença julgou extinto o processo sem resolução do mérito em relação aos autores MARIA DA PENHA GONÇALVES BASTOS, MARISE OLIVEIRA DA COSTA, CARLOS ALBERTO PEREIRA SANTANA e NILTON DE SOUZA HOLANDA, para prosseguir a lide somente em relação ao autor MARIA DA CONCEIÇÃO DIAS. Determinada a citação da Ré.

ASSÉDIO MORAL

Assédio moral não é assédio sexual

Por Oscar, coordenador geral da ASUNIRIO

Com o objetivo de evitar confusão entre os conceitos de assédio moral no trabalho e assédio sexual no trabalho, prestaremos algumas informações a respeito da matéria.

Utilizaremos a abordagem do autor de Assédio Moral no Ambiente de trabalho, Jorge Luiz de Oliveira da Silva, que discorre precisamente sobre a sua visualização no mundo e a diferença em relação ao assédio moral e o assédio sexual.

Segundo Jorge Luiz de Oliveira da Silva, a expressão assédio sexual no trabalho foi construída nos anos 70 nos EUA. Segundo ele, pode-se resumir o assédio sexual como a situação em que a vítima é submetida, contra a sua vontade, a uma chantagem sexual, sob pena de ser severamente prejudicada em seu ambiente de trabalho, caso não ceda aos desejos do assediador.

O autor da obra Assédio Moral no Ambiente de Trabalho, seguindo orientações de Michal Rubenstein, ano 1986, divulgou três instrumentos de viabilização do assédio sexual, são eles:

1. Conduta física: é a mais ostensiva e ousada, podendo se manifestar por meio de várias ações, que variam desde o ataque direto à vítima a sutis contatos físicos;

2. Conduta verbal: é a mais comum no assédio sexual. Através dela, o assediador expressa suas propostas sexuais diretamente ou por intermédio de insinuações veladas, acrescentando, também, as ameaças, caso a proposta seja recusada.

3. Conduta não verbal: é a menos intuitiva, pois o assediador utiliza-se de ardis e subterfúgios para passar sua mensagem sexual à vítima, tais como: exibição de fotos pornográficas, prática de gestos obscenos, desenhos ou imagens de cunho sexual, bilhetes, ou qualquer outra forma que consiga incomodar a vítima em razão da conotação sexual, que possa significar uma proposta libidinoso.

É importante mencionar que o assédio sexual funciona sem aquela regra tendenciosa de que apenas o homem é protagonista do assédio. No mundo moderno a mulher, cada vez mais, tem ocupado posições de destaque nas atividades laborativas. Assim, nas relações de trabalho, com relação ao assédio sexual, tanto o homem quanto a mulher, podem figurar como atores da violência sexual. Vale salientar, que o assédio sexual pode acontecer entre pessoas do mesmo sexo, envolvendo desejos homossexuais.

A lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal Brasileiro o art. 216-A, criminalizando a conduta do assédio sexual e cuja pena é a detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

O autor da obra Assédio Moral no Ambiente de trabalho, Jorge Luiz de Oliveira da Silva, detalha os pontos de convergência e os pontos de separação com relação ao do assédio sexual. Citaremos apenas dois pontos que diferenciam o assédio sexual do assédio moral:

1. Para que exista assédio moral é necessário que a conduta seja reiterada e habitual, prolongando-se no tempo, constituindo-se em autêntico processo de agressões (geralmente sutis e veladas). Para que exista assédio sexual somente é necessária a prática de uma conduta, desde que seja idônea, expressamente dos desejos do ofensor e ameaça à vítima.

2. O objetivo final do assédio moral é, através do desequilíbrio gerado na vítima, eliminá-la do local de trabalho, quer seja através da demissão, quer seja por intermédio de longos períodos de licença médica. É possível, também, que o objetivo do assediador seja manter a vítima sob seu controle, satisfazendo, assim, seu espírito sádico, não havendo interesse no afastamento do assediado. No assédio sexual o objetivo final é fazer com que, através do temor da vítima de ser prejudicada profissionalmente, esta ceda aos desejos sexuais do ofensor.

Plenária Nacional da FASUBRA

Durante os dias 13 e 14 de maio, foi realizada a Plenária Nacional da FASUBRA. O evento aconteceu no auditório Dois Candangos, da Faculdade de Educação UnB. Ao todo, foram 35 entidades credenciadas e 126 delegados (as). Entre elas a ASUNIRIO E representando a ASUNIRIO, estiveram presentes Jorge Teles e Wilson. Em pauta estavam os seguintes pontos:

Informes de Base; Informes da direção Nacional; Mandato da atual Direção Nacional da Federação; XXI CONFASUBRA; Análise de Conjuntura – Avaliação das Negociações; Encaminhamentos.

A plenária foi aprovada em homenagem ao Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo – 13/maio/2011. Antes de começarem os trabalhos, houve um minuto de silêncio pelo falecimento do pai da diretora Fatinha e da esposa do ex-coordenador da FASUBRA Aroldo Soares.

Abertura da Plenária

* Leitura do Edital de Convocação da (Assembléia) Geral, publicado no DOU do dia 10 de maio de 2011.

Prorrogação do Mandato da Direção Nacional.

* A DN da FASUBRA, conforme dispositivo estatutário terminaria seu mandato no dia 16 de maio de 2011.

* Em função das demandas da conjuntura não foi possível realizar o XXI CONFASUBRA até a presente data.

* Diante do calendário de Lutas aprovado, e o dispositivo estatutário que determina 120 dias (no mínimo), do momento de definição de data do XXI CONFASUBRA para sua realização, por consenso, a DN apresenta a Plenária a proposição de prorrogação do atual mandato até a realização do XXI CONFASUBRA.

* A proposição foi aprovada pela ampla maioria, com 01 abstenção.

XXI CONFASUBRA

* Período de realização: 2ª quinzena de outubro a 1ª quinzena de novembro de 2011, com prioridade para a 2ª quinzena.

* A Plenária do mês de junho, conforme resolução do XX CONFASUBRA, terá como pauta: alterações estatutárias. Em seguida será aprovado o Regimento do XXI CONFASUBRA, contendo o teor e as regras.

Informes da DN:

Reunião com a SRH/MPOG: pauta específica. Reunião com a SRH/MPOG: pauta geral

* Explicações sobre: será enviada aos e-mail das entidades de base.

1- Casa da FASUBRA: ocupação pela DN e Base; 2- Valor das diárias recebidas pelos

coordenadores(as) da FASUBRA; 3- Caravana a Brasília – 16 de fevereiro

CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA REUNIÃO COM SRH/MPOG

* Aprovado por unanimidade a seguinte proposição apresentada pela DN: A Direção Nacional da FASUBRA Sindical, em reunião realizada no dia 12 de maio de 2011, após análise da reunião ocorrida com o MPOG no dia 11 de maio 2011, teve a seguinte deliberação:

A FASUBRA Sindical, mesmo com leitura diferenciada da conjuntura entre seus coletivos, vem investindo na mobilização, orientando suas bases na organização de marchas e atos públicos nacionais, estaduais, paralisações, além da atuação da Direção Nacional de forma permanente em Brasília e nos estados, cumprindo as resoluções de suas instâncias, dentre outras atividades igualmente importantes, com vistas a garantir recursos orçamentários para atender às necessidades da categoria. A atuação da FASUBRA e do conjunto dos federais forçaram o governo Dilma, por meio da Ministra Mirian Belchior, a estabelecer uma agenda de negociações gerais e setoriais, que se iniciou no dia 04 de maio de 2011 e teve continuidade em outra reunião que durou o dia inteiro do dia 11 de maio. Há consenso por parte do conjunto da direção que, nas reuniões de negociação na mesa específica, as proposições apresentadas pelo governo não avançaram no sentido de atender a pauta protocolada. E também não foram apresentadas nas reuniões que estão em curso com o conjunto do funcionalismo público federal quaisquer proposições que contemplem o conjunto da categoria dos técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Diante do exposto, a Direção da FASUBRA propõe a construção do indicativo de deflagração de greve a partir de 06 de junho 2011, caso a reunião agendada para o dia 24 de maio 2011 com o Governo não apresente contrapropostas que contemplem os itens da pauta protocolada no MPOG, atendendo aos anseios da categoria.

Este indicativo será avaliado na plenária nacional no dia 31 de maio, a partir das seguintes premissas: - Apresentação de recursos orçamentários para serem alocados no piso da Tabela Salarial para 2011 ou 2012; - Propostas que resolvam a questão do VBC e reposicionamento de aposentados, com ampliação de direitos para 2011; - Avanços nas propostas que possibilitem resolução sobre a racionalização de cargos, conforme deliberação de plenária da Federação, ainda em 2011; - Resolução do Anexo IV, com ampliação de percentual horizontal para todas as classes e reajuste dos benefícios, a partir de 2011.

A Direção Nacional entende, ainda, que a postergação da reunião marcada para o dia 24 de maio, bem como a criação de nova agenda, sem apresentação de propostas concretas e objetivas, será encaminhada a imediata deflagração da greve para o dia 06 de junho. Proposta aprovada por consenso pelo conjunto da Direção Nacional. Texto aprovado em plenária, por ampla maioria, com 5 abstenções.